

ATA NÚMERO 13/XIII (1.ª) SL
26 de janeiro de 2016 – 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação das atas

- Atas das reuniões de 19 e 20 de janeiro

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Ministro da Educação, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República – 15h00

5. Conta Geral do Estado de 2014

- Apreciação e votação do parecer
- Deputado autor do parecer: António Eusébio (PS)

6. Projeto de resolução n.º 68/XIII (1.ª), do BE - Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976

- Discussão

7. Concretização do Plano de Atividades da Comissão

- Apreciação e votação

- 8. Projeto de resolução n.º 45/XIII (1.ª), do PCP - Recomenda a adoção de medidas urgentes para o financiamento às escolas do ensino artístico especializado de música e de dança que assegurem a sua estabilidade**
Projeto de resolução n.º 78/XIII (1.ª), do BE - Financiamento do ensino artístico

- Apreciação da redação final

9. Outros assuntos

10. Data da próxima reunião

- Dia 02 de fevereiro de 2016 – 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação das atas

As atas respeitantes, respetivamente, às reuniões de 19 e 20 de janeiro de 2016 foram aprovadas por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1 — Baixa de iniciativas:

O Presidente informou que tinha baixado à Comissão de Educação e Ciência o projeto de resolução n.º 102/XIII (1.ª) — Publicação de despacho que regule a certificação de competências avançadas em tecnologias da informação e comunicação (TIC) na educação —, tendo o Grupo Parlamentar do BE comunicado que pretendia fazer a sua discussão em Comissão.

3.2 — Apreciação de iniciativas na especialidade:

De seguida, o Senhor Presidente deu conta de que tinha terminado o prazo para a recolha de contributos dos projetos de lei n.ºs 59 — Revoga o regime de requalificação docente — e 70/XIII (1.ª) — Elimina a requalificação de docentes —, tendo-se pronunciado diversas entidades, designadamente o Ministério da Educação.

Nesse sentido, informou os Grupos Parlamentares que o prazo para a apresentação de propostas de alteração terminava no dia 27 de janeiro, quarta-feira, sendo o mapa comparativo distribuído no dia 29 de janeiro para que a votação na especialidade possa ocorrer na reunião da Comissão de Educação e Ciência de 2 de fevereiro de 2016.

3.3 — Regulamentação das leis:

A pedido de todos os Grupos Parlamentares, a discussão deste ponto foi adiada para a próxima reunião da Comissão.

3.4 — Pedidos de audiência:

Relativamente aos pedidos de audiência, a Comissão deliberou receber, em reunião da Comissão, a Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal, que solicitou uma audiência para debater a situação do incumprimento do caderno de encargos da concessão do serviço de alimentação nos refeitórios escolares a nível de horários de trabalho, apesar do tema se prender mais com as matérias que recaem no âmbito da Comissão de Trabalho e Segurança Social.

Quanto aos inúmeros pedidos de audiência entrados na Comissão relativos aos contratos de associação, após uma discussão sobre esta matéria em que usaram da palavra os Senhores Deputados Porfírio Silva (PS), Amadeu Soares de Albergaria (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), o Senhor Presidente solicitou aos serviços de apoio à Comissão para que procedessem a um levantamento de todas as entidades/pessoas individuais que dirigiram essas solicitações para que numa próxima reunião se possa decidir a melhor forma de organizar os trabalhos, decidindo se essas audiências devem ser feitas em Comissão, se em reunião presidida por um Deputado-piloto dum Grupo Parlamentar, de harmonia com distribuição feita conforme o método de Hondt, sendo a mesma aberta a todos os Deputados, ou se num outro formato mais participativo.

Foi igualmente decidido receber em Comissão quer a Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos quer o Sindicato Nacional do Ensino Superior, em data a agendar oportunamente.

3.5. Convite de colégios/escolas com cursos científico-tecnológicos com planos de estudo próprios para visita às mesmas

Informou também que os 8 colégios/escolas que tinham sido recebidos em audiência pela Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) dirigiram um convite aos Deputados membros da Comissão para fazer uma visita às escolas com cursos científico-tecnológicos com planos de estudo próprios, tendo, após uma breve discussão sobre este ponto, sido deliberado que os Grupos Parlamentares comunicariam oportunamente as datas para efetuar essas visitas.

3.6. Audição promovida pela Comissão de Assuntos Europeus sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016

O Senhor Presidente informou os Deputados que a Comissão de Assuntos Europeus tinha dirigido um convite à Comissão de Educação e Ciência para participar na audição pública que vai ter lugar no dia 16 de fevereiro, na Sala do Senado, sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia, com a participação do Comissário Europeu para a Ajuda Humanitária e Gestão de Crises, Christos Stylianides.

3.7. Relatórios de audiências:

Colocados à consideração da Comissão, não foram propostas quaisquer alterações aos relatórios das audiências da petionária da petição n.º 8/XIII (1.ª), dos subscritores do projeto «Pensar a Educação», da Pró-Inclusão, Associação Nacional de Docentes de Educação Especial (Pin ANDEE), da Assembleia Municipal de Sesimbra e da Associação Nacional de Professores, tendo todos sido aprovados.

4. Audição do Ministro da Educação, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República – 15h00

O Senhor Ministro da Educação, que se encontrava acompanhado pela Senhora Secretária de Estado Adjunta da Educação e pelo Senhor Secretário de Estado da Educação, fez uma intervenção inicial, realçando a necessidade de transmitir estabilidade às escolas e o facto de estarem a ser desenvolvidas estratégias de comunicação (tendo sido já feitas 4 reuniões com as escolas e prevendo-se mais 4) que estavam a ser bem entendidas pelos agentes educativos.

Manifestou depois a preocupação com a promoção do sucesso escolar, a escola centrada na melhoria dos processos e não apenas nos resultados, a importância da aprendizagem ao longo da vida e a Educação de Adultos, com valorização dos centros de reconhecimento, a reflexão sobre o currículo e as aprendizagens significativas, contrariando a ideia das disciplinas estruturantes e defendendo uma visão global, a educação para a cidadania e nesse âmbito a coordenação com outros departamentos governamentais.

Referiu ainda a realização de um debate alargado sobre a educação básica, equacionou a educação pré-escolar, a inovação pedagógica, a promoção da rede de bibliotecas escolares (que fazem 20 anos) e a continuação do Plano de Leitura (em articulação com outras áreas), rematando que havia um tempo certo para falar e agir.

Na primeira ronda de perguntas intervieram os Senhores Deputados Porfírio Silva (PS), Amadeu Soares de Albergaria (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e Heloísa Apolónia (PEV), tendo, em síntese, solicitado um balanço das reuniões havidas com as escolas, pedido os estudos feitos para alterar o regime (tendo salientado que a mudança tinha sido aplicada a meio do ano letivo, sem debate alargado e em rutura com o regime vigente), solicitado uma resposta ao estudo sobre insucesso escolar e equacionado o

facto de os pais e os alunos se encontrarem afastados do conselho pedagógico, pedindo a participação dos mesmos.

Foram ainda colocadas várias perguntas sobre as provas, as medidas a tomar para os ensinos artístico e profissional, o alargamento das necessidades transitórias de docentes, para permitirem a contratação dos mesmos pelas escolas e solicitado um plano de intervenção nas escolas com amianto e nas que não têm pavilhão desportivo.

O Senhor Ministro da Educação e os respetivos Secretários de Estado, após cada intervenção, responderam às questões colocadas, referindo, em resumo, que as reuniões com as escolas tinham sido abertas, tendo sido colocadas todas as inquietações do momento e promovida a ligação entre a comunidade educativa e o Ministério, registando-se um clima de tranquilidade nas escolas.

O Senhor Ministro entregou depois uma pen com os estudos de avaliação que tinha considerado, indicou que o parecer do Conselho Nacional de Educação tinha sido levado em conta, bem como o conhecimento técnico e científico e os exemplos nacionais e internacionais, tendo nessa sequência sido feita uma opção política pela solução adotada. Realçou ainda que estavam a ouvir os parceiros e a comunidade educativa.

Defendeu que as políticas educativas devem combater a pobreza infantil, que estavam a dar atenção aos alunos com necessidades educativas especiais e estavam a trabalhar na situação das crianças com doenças oncológicas. Referiu que os estudos indicavam que os exames geravam retenções e os alunos não recuperavam, tendo defendido que a escola exigente intervinha no princípio, para antecipar a retenção e indicou que o 2.º ano tinha as taxas de insucesso mais elevadas.

Os membros da equipa governamental responderam depois às várias questões sobre as provas e indicaram alguns desalinhamentos que se verificavam, nomeadamente entre os níveis das metas curriculares e o PET. Deram esclarecimentos sobre o financiamento ao ensino artístico e profissional e informaram que estavam a equacionar a não precarização dos docentes.

Indicaram que estavam a analisar o mapeamento existente das escolas com amianto e a solução a adotar, em parte com financiamentos comunitários, podendo as intervenções passar para a Parque Escolar. Em relação aos pavilhões desportivos, indicaram que estava a ser feito o mapa nacional de todas as infraestruturas existentes, nas escolas e nos municípios, para utilização integral.

Intervieram na segunda ronda os Senhores Deputados Elza Pais (PS) Maria Germana Rocha (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP), tendo questionado o que o Senhor Ministro pensava fazer para valorizar a educação para a cidadania, se haveria alargamento da escola a tempo inteiro a todo o ensino básico e em que termos, se ia dar continuidade aos contratos interadministrativos de transferência de competências e o que pensava do pedido que estava a ser feito de um regime especial de aposentação para os docentes. Perguntaram se a negociação que estava a ser desenvolvida pelo Governo em relação aos manuais escolares também incluía os cadernos e outros materiais escolares e quais as medidas que iam ser adotadas no âmbito do ensino dos alunos com necessidades educativas especiais.

Foi também solicitada informação sobre o funcionamento futuro da entidade Parque Escolar e a realização das obras suspensas e as medidas a adotar no âmbito dos contratos de associação, do uso gratuito de manuais e nas eventuais alterações do horário de trabalho dos docentes.

O Senhor Ministro da Educação e os respetivos Secretários de Estado, após cada intervenção, responderam às questões colocadas, referindo, em síntese, que vai ser desenvolvida a intervenção a nível da cidadania, com contactos com associações da área e dando mais visibilidade ao que se passa nas escolas e que estão a fazer o mapeamento das situações de transferência de competências para os municípios, sendo a descentralização para aprofundar, incluindo o pessoal não docente e terminando nos currículos e na colocação dos professores. Indicaram que o pedido de um regime especial de aposentação para os docentes seria analisado no âmbito do regime geral da Administração Pública.

Informaram ainda que a bolsa de contratação das escolas iria acabar e que estavam a analisar as hipóteses de intervenção da Parque Escolar em 15 obras anteriormente aprovadas e ainda não executadas. Reviram-se no texto de substituição dos Projetos de Resolução do BE e do PCP sobre contratos de associação (disponível no [Projeto de Resolução n.º 56/XIII](#) e no [Projeto de Resolução 61/XIII](#)), informaram que iam ver os contratos existentes e equacionar se validavam as turmas e antecipar o calendário dessa validação. Informaram ainda que a gratuitidade dos manuais estava em estudo e que estavam também a tentar atuar no preço.

Intervieram, na terceira ronda, no primeiro grupo, os Senhores Deputados António Eusébio (PS), Margarida Balseiro Lopes (PSD), Luís Monteiro (BE), Maria Emília Santos (PSD), Maria Augusta Santos (PS), Pedro Alves (PSD), Abel Baptista (CDS-PP), Laura Magalhães (PSD), tendo questionado, em resumo, a forma de redução da carga horária dos alunos, a qualidade do serviço nas cantinas escolares, as alterações na Educação de Adultos, o funcionamento da Parque Escolar e os contratos de manutenção inerentes e a evolução do ensino profissional (muito ministrado em escolas particulares) e vocacional.

Os membros da equipa governamental usaram da palavra para responder, em conjunto, às questões colocadas, informando que vão reequacionar a situação da Parque Escolar, a orgânica do Ministério e a aplicação do *simplex*, a Educação de Adultos, as cantinas e residências escolares, a carga horária (em ligação com o currículo, numa visão integrada), o ensino profissional e a sua valorização (referindo que está muito centrado na rede privada, que é complementar e tem de ter uma ligação com as necessidades do setor empresarial). Indicaram ainda que não concordavam com as virtualidades do ensino vocacional no básico, entendendo que tinha sido criado para obter resultados estatísticos e que tinha uma taxa de insucesso muito elevada.

Intervieram, na terceira ronda, no segundo grupo, os Senhores Deputados André Pinotes (PS), Manuela Tender (PSD), Miguel Tiago (PCP), Pedro Pimpão (PSD), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Odete João (PS), Cristóvão Simão Ribeiro (PSD) e José Cesário (PSD), tendo questionado, em resumo, as respostas a adotar para ultrapassar a falta de pessoal não docente, incluindo psicólogos, para os alunos com necessidades educativas especiais, particularmente na transição para a vida ativa e a reponderação da componente letiva e não letiva do horário dos professores.

Questionaram ainda o futuro dos contratos de associação, tendo em conta a sua natureza plurianual, o perímetro da autonomia das escolas, as novidades no recrutamento de professores para as Atividades de Enriquecimento Curricular (solicitando mais estabilidade e menos burocracia) e a posição em relação às escolas no estrangeiro, equacionando a eventual ligação com o Plano de Leitura e a articulação com o Instituto Camões.

Os membros da equipa governamental usaram da palavra para responder, em conjunto, às questões colocadas, informando que nunca tinham falado em acabar com os contratos de associação e que estavam a trabalhar com as Secretarias de Estado da Cidadania e Igualdade e da Inclusão das Pessoas com Deficiência, para a integração dos jovens com deficiência.

Referiram ainda que estavam a equacionar a resposta à falta de pessoal não docente (nomeadamente ponderando a mobilidade), a componente letiva e não letiva do horário dos docentes, a contratação de psicólogos, a regulamentação dos contratos simples e de desenvolvimento com as escolas privadas, que fariam uma análise criteriosa das turmas a validar no âmbito dos contratos de associação e indicaram que as escolas no estrangeiro eram uma prioridade, manifestando empenho no apoio ao ensino do português nesse âmbito, tendo referido as diligências desenvolvidas na valorização do ensino do português nas escolas secundárias em Inglaterra.

A audição foi gravada em registo áudio e vídeo, encontrando-se as gravações disponíveis na [página da Comissão na internet](#).

5. [Conta Geral do Estado de 2014:](#)

Relativamente ao ponto 4 da Ordem do Dia, o Senhor Deputado António Eusébio (PS) fez a apresentação do parecer da Conta Geral do Estado para 2014, que pode ser consultado [aqui](#).

Usaram da palavra os Senhores Deputados Margarida Balseiro Lopes (PSD), Joana Mortágua (BE), Miguel Tiago (PCP) e Ana Rita Bessa (CDS-PP).

Uma vez submetido à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6. [Projeto de resolução n.º 68/XIII \(1.ª\), do BE - Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976:](#)

A pedido do Grupo Parlamentar do BE, a discussão desta iniciativa ficou adiada para a próxima reunião da Comissão.

7. [Concretização do Plano de Atividades da Comissão:](#)

Havendo consenso entre todos os Grupos Parlamentares, a discussão e votação deste ponto ficou adiada para a próxima reunião da Comissão.

- 8. Projeto de resolução n.º 45/XIII (1.ª), do PCP - Recomenda a adoção de medidas urgentes para o financiamento às escolas do ensino artístico especializado de música e de dança que assegurem a sua estabilidade**
Projeto de resolução n.º 78/XIII (1.ª), do BE - Financiamento do ensino artístico

A redação final ficou também adiada para a reunião seguinte.

9. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

10. Data da próxima reunião

Dia 02 de fevereiro de 2016 – 15h00

A reunião foi encerrada às 19:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de janeiro de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandre Quintanilha)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 2 de fevereiro de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Emília Santos
Joana Mortágua
João Torres
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Miguel Tiago
Odete João
Pedro Alves
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Ana Virgínia Pereira
António Eusébio
Cristóvão Crespo
Cristóvão Simão Ribeiro
Elza Pais
José Cesário
Margarida Balseiro Lopes
Palmira Maciel
Pedro Coimbra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Susana Amador

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nilza de Sena